



UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE PARAÍSO

**A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

RENUZA FRANCISCA DA SILVA

ORIENTADOR: MURILO PESSONI NEVES

São Sebastião do Paraíso/MG
2009

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RENUZA FRANCISA DA SILVA

Monografia apresentada à UNIESP -
União de Escolas Superiores Paraíso,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Murilo Pessoni
Neves

São Sebastião do Paraíso/MG
2009

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG

2009

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho a meu orientador, que muito auxiliou nesta pesquisa, e a todos os meus familiares que me incentivaram em minhas tarefas pedagógicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para vencer mais esta etapa de minha vida. Também agradeço a todos que contribuíram para realização deste trabalho, e em especial ao filho pelo seu carinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	9
1.1 O Ensino infantil.....	15
1.1.1 Objetivos da educação infantil e suas práticas conforme a LDB..	19
II - O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLA INFANTIL.....	19
2.1 O professor na Educação Infantil	19
2.2 O papel do professor.....	21
2.3 O lúdico na formação do professor.....	23
III -A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
3.1 O jogo e a educação infantil.....	30
3.2 – As diversas atividades lúdicas que contribuem para a aprendizagem das Crianças.....	32
3.3 Brinquedos, jogos e brincadeiras.....	34
3.4 Porque é importante brincar.....	35
3.4.1 Os primeiras passos na brincadeira	36
3.4.2 A brincadeira simbólica	36
3.4.3 A brincadeira como meio de aprendizagem	37
3.5 O papel do jogo na educação das crianças	37
IV – JOGOS: UMA METODOLOGIA QUE CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	39
4.1 Escolarização brincadeira e jogos na educação infantil.....	40
4.2 A educação física e o jogo no desenvolvimento motor.....	42
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

RESUMO

Relembrando que brincar é um direito fundamental de todas as crianças no mundo inteiro, cada criança deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. A escola deve oferecer oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção, elementos estes indispensáveis para a participação ativa da criança no seu meio. A escolha do tema está vinculada à atividade profissional na área de Educação Infantil. Associar a educação da criança ao jogo não é algo novo. Este trabalho busca demonstrar a importância dos jogos no desenvolvimento da criança, ou seja na fase infantil. Demonstrar-se-á essa importância através de análises em documentos, bibliografias que ressalta o trabalho aqui proposto.

Palavras-chave: Jogos – criança-desenvolvimento-brincadeira.

INTRODUÇÃO

Os jogos constituíram sempre uma forma de atividade do ser humano, tanto no sentido de recrear e de educar ao mesmo tempo. A relação entre o jogo e a educação são antigas, Gregos e Romanos já falavam da importância do jogo para educar a criança. Portanto a partir do século XVIII que se expande a imagem da criança como ser distinto do adulto o brincar destaca-se como típico da idade. As brincadeiras acompanham a criança pré-escolar e penetram nas instituições infantis criadas a partir de então.

Nesse período da vida da criança, são relevantes todos os aspectos de sua formação, pois como ser bio-psico-social-cultural dá os passos definitivos para uma futura escolarização e sociabilidade adequadas como membro do grupo social que pertence.

Os jogos constituíram sempre uma forma de atividade do ser humano, tanto no sentido de recrear e de educar ao mesmo tempo.

A escolha desse trabalho fundamenta-se na grande relevância que essas atividades têm sobre a aprendizagem dos alunos. Muitos que trabalham com essa área poderá se espelhar nesta pesquisa para ter melhores suportes para o desenvolvimento de seu trabalho com as crianças.

A escola deve oferecer oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção, elementos estes indispensáveis para a participação ativa da criança no seu meio.

Diante deste pressuposto definiu-se analisar a importância dos jogos na educação infantil, com os seguintes objetivos: descrever os jogos que contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças do ensino infantil; narrar a importância dos jogos e suas contribuições; analisar o papel do professor destas atividades e como trabalha; identificar o paralelo existente entre escolaridade e jogos.

A metodologia adotada foi baseada em livros, revistas, ou seja, materiais bibliográficos que nos auxiliem nas concepções da pesquisa. Tomando como adequado o método comparativo, onde através de análises poderemos descrever realmente as vantagens de se trabalhar com os jogos no ensino infantil.

Este trabalho servirá para professores , pesquisadores que queiram melhor se inteirar sobre o assunto aqui discutido.

I – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Educação básica (ou ensino básico) é a designação dada ao nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação formal.

A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. É durante este período de vida escolar que toma-se posse dos conhecimentos mínimos necessários para uma cidadania completa. Serve também para tomada de consciência sobre o futuro profissional e área do conhecimento que melhor se adapte.

1.1 Educação Infantil

Os fundamentos do desenvolvimento humano são determinados durante os primeiros anos da criança. O processo de aprendizagem começa no momento em que a criança nasce e continua ao longo da sua vida.

Entende-se criança como um ser diferente do adulto, diferenciando na idade, na maturidade, além de ter certos comportamentos típicos. Porém, tirando a idade, o limite entre criança e adulto é complexo, pois este limite está associado à cultura, ao momento histórico e aos papéis determinados pela sociedade. (OLIVEIRA, 2000, p.15).

Estes papéis dependem da classe social-econômica em que está inserida a criança e sua família. Não tem como tratar a criança analisando somente sua natureza infantil, desvinculando-a das relações sociais de produção existente na realidade.

A valorização e o sentimento atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidas e difundidas, tendo sido modificadas a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social.

Percebem-se essas transformações em pinturas, diários de família, testamentos, igrejas e túmulos, o que demonstram que família e escola nem sempre existiram da mesma forma.

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo.

Enquanto no mundo a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas.

As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda.

Segundo Oliveira(2000):

Em 1919 foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido na realidade por doações, que possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção a infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins, divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil.

A partir dos anos 30, com o estado de bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização do poder.

Neste momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa.

A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1972; SAM – 1941 e FUNABEM; Legião Brasileira de Assistência em 1942 e Projeto Casulo; UNICEF em 1946; Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar em 1953; CNAE em 1955; OMEP em 1969 e COEPRE em 1975. (OLIVEIRA, 2000).

O estado de bem-estar social não atingiu todos da população da mesma forma, trazendo desenvolvimento e qualidade só para alguns. A teoria foi muito

trabalhada, mas pouco colocada em prática. Neste sentido, as políticas sociais reproduzem o sistema de desigualdades existentes na sociedade.

Neste período, encontrar-se-á um governo fortemente centralizado política e financeiramente, acentuada fragmentação institucional, exclusão da participação social, privatizações e uso do clientelismo.

Da década de 60 e meados de 70, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, o que consta a Constituição. Há a extensão obrigatória para oito anos esse nível, em 1971. Neste mesmo ano, a lei 5692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começaram esse processo sem ajuda do Estado e da União.

Em 1970 existe uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Por causa disso, foi instituída a educação pré-escolar (chamada educação compensatória) para crianças de quatro a seis anos para suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa.

A educação não era tratada por um órgão somente, era fragmentada. A educação se queixava da falta de alimentação e das condições difíceis das crianças.

Nesse quadro, a maioria das creches públicas prestava um atendimento de caráter assistencialista, que consiste na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo muitas vezes prestado de forma precária e de baixa qualidade enquanto as creches particulares desenvolviam atividades educativas, voltadas para aspectos, físicos, cognitivos, emocionais e sociais.

Consta-se um maior número de creches particulares, devido à privatização e à transferência de recursos públicos para setores privados.

As carências culturais existem porque as famílias pobres não conseguem oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, o que faz com que seus filhos repitam o ano. “Faltam-lhes requisitos básicos que não foram transmitidos por seu meio social e que seriam necessário para garantir seu sucesso escolar”.(Contudo, essas pré-escolas não possuíam um caráter formal; não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico sério.

A mão-de-obra, que constituía as pré-escolas, era muitas das vezes formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho.

Nos anos 80, os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada; a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau; insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade.

Através de congressos, da Associação Nacional de Pós Graduação de Pesquisa, e da Constituição de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e sendo integrada ao sistema de ensino (tanto creches como escolas).

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a serem um dever do Estado e direito da criança.

Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação compensatória, que delega à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Porém, essa descentralização e municipalização do ensino trazem outras dificuldades, como a dependência financeira dos municípios com o Estado para desenvolver a educação infantil e primária. O Estado nem sempre repassa o dinheiro necessário, deixando o ensino de baixa qualidade, favorecendo as privatizações. (OLIVEIRA, 2002, p. 30).

Com a Constituição de 1988 tem-se a construção de um regime de cooperação entre estados e municípios, nos serviços de saúde e educação do ensino fundamental.

Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além de reafirmar serem a creche e a pré-escola um direito da criança de zero a seis anos, a ser garantido como parte do sistema de ensino básico.

Neste período, o país passa por um período muito difícil, pois aumentam-se as demandas sociais e diminuem-se os gastos públicos e privados com o social. O objetivo dessa redução é o encaminhamento de dinheiro público para programas e público-alvo específico.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência., criando as diretrizes

municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelas dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nos anos 90, o Estado brasileiro vê na privatização das empresas estatais o caminho para resolver seu problema de déficit público, não tentando resolver com um projeto mais amplo de ampliação industrial. Com essa situação, na educação tem-se aumentado a instituição de programas de tipo compensatório, dirigido para as classes carentes.

Esse programa requer implementação do sistema de parceria com outras instituições, já que o Estado está se retirando de suas funções.

A necessidade por pré-escola aparece, historicamente, como reflexo direto das grandes transformações sociais, econômicas e políticas que ocorrem na Europa, a partir do século XVIII. Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servir como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função principal a guarda das crianças.(OLIVEIRA,2002).

No século XIX, uma nova função passa a ser atribuída a pré-escola, mais relacionada à idéia de “educação” do que a de assistência.

A função dessa pré-escola era a de compensar as deficiências das crianças, sua miséria, sua pobreza, a negligência de suas famílias.

A elaboração da abordagem da privação cultural veio fundamentar e fortalecer a crença na pré-escola como instância capaz suprir as “carências” culturais, linguísticas e afetivas das crianças provenientes das classes populares. Vista dessa forma, a pré-escola, como função preparatória, resolveria o problema do fracasso escolar que afetava principalmente as crianças negras e filhas imigrantes, naqueles países.

É importante ressaltar, a ideia da preparação se vinculava diretamente à compensação das carências infantis.

A própria coordenação de Educação Pré-escolar do MEC sugeria, naquela ocasião, a opção por programas pré-escolares de tipo compensatório.

Pouco a pouco os programas de educação compensatória expunham que a família não conseguia dar às crianças condições para o seu bom desempenho na escola. As crianças são consideradas de “carente” culturalmente, pois partindo parte

do princípio que lhes faltam determinados requisitos básicos capazes de garantir seu sucesso escolar, e que não foram transmitidos por seu meio social imediato.

Dentro desta visão, a pré-escola, serviria para prever estes problemas (carências culturais, nutricionais, afetivas), proporcionando, a igualdade a todas as crianças, garantindo assim, seu bom desempenho escolar.

Nos últimos anos, portanto, se ampliou o questionamento dos programas compensatórios na medida em que se foi estabelecendo um consenso de que não prestam um benefício efetivo às crianças das classes populares, servindo, muito ao contrário, para discriminá-las e marginalizá-las com maior precocidade.

É necessário, portanto, reivindicar uma pré-escola de qualidade, pois se os filhos das classes médias conseguem via rede privada (com grandes sacrifícios, é verdade, mas ainda possível de ser obtida), os filhos das classes populares têm direito a mais do que meros depósitos. (OLIVEIRA,2002).

Assim, se por trás do interesse oficial podemos ver um avanço no sentido de uma maior democratização a pré-escola, é preciso, mais do que nunca, apontarmos para um tipo de pré-escola que esteja a serviço das crianças das classes populares.

Nem depósito, nem corretora de carências, a pré-escola tem uma outra função, que necessita ser explicitada e concretizada; a função pedagógica.

Numa visão apressada, esses dois objetivos poderiam nos parecer contraditório afinal, formar hábitos significa treinar, condicionar a regras e padrões estabelecidos. Enquanto que, propiciar o jogo criativo, num clima “espontâneo e livre” requer flexibilidade e possibilidade de invenção.

Entendem-se que, a educação infantil é muito nova, sendo aplicada realmente no Brasil nos últimos 30 anos, por ter surgido à necessidade de formar mão-de-obra qualificada para a industrialização do país.

1.1.1 Objetivos da Educação Infantil e suas práticas conforme a LDB

A educação e o cuidado na primeira infância vêm sendo tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número crescente de países em todo o mundo.

No Brasil, a Educação Infantil - isto é, o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas - é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, várias pesquisas realizadas nos anos de 1980 já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano, e a formação da inteligência e da personalidade, entretanto, até 1988, a criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha acesso direito à Educação.

A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí, a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação. (OLIVEIRA,2002).

Outro documento que foi criado que refere-se a educação infantil e outras fases foi a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação). Foi criada em 26 de dezembro de 1996, é conhecida como a Lei nº 9.394/96 .

Nesse sentido, dispõe em seu artigo 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No artigo seguinte (artigo 2º), ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional, destacou o papel da família e do Estado, leia-se, do Poder Público em promover a educação como processo de reconstrução da experiência, sendo, portanto, um atributo da pessoa humana e, por isso, comum a todos.

Na esteira desse entendimento, o artigo 4º, inciso IV assegura a educação escolar pública com atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. Nesse aspecto a LDB estende a garantia da gratuidade para as creches e pré-escolas, pois a Constituição no seu artigo 208, inciso IV, prevê apenas o atendimento em creche e pré-escola às crianças daquela idade, silenciando quanto à gratuidade.

Por outro lado, através de uma interpretação sistemática em face do disposto no artigo 30 desta Lei, a Educação Infantil não integra propriamente o domínio fundamental do ensino, por motivo de que na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LOPES, 2000).

Em conseqüência, diante do sistema de direitos e garantias previstos na Constituição Federal e pela Lei nº 9.394/96 (LDB), que mesmo sem o caráter obrigatório para os pais ou responsáveis, a creche e a pré-escola, correspondendo a deveres do Estado e da família para com a educação, são etapas integrantes do ensino fundamental, tornando-se secundário o disposto no artigo 30 da LDB.

A partir das interações que estabelece com pessoas próximas, a criança constrói o conhecimento.

A família, primeiro espaço de convivência do ser humano, é um ponto de referência fundamental para a criança pequena, onde se aprende e se incorporam valores éticos, onde são vivenciadas experiências carregadas de significados afetivos, representações, juízos e expectativas (que são atendidas ou frustradas). (LOPES, 1990, p. 12).

A educação inicial da criança se dá na família, e também na comunidade e, com o advento do trabalho feminino, cada vez mais cedo, nas escolas. Por isso, as instituições de Educação Infantil tornam-se mais necessárias, tendo caráter complementar à educação recebida na família. Nesse contexto, é muito importante que haja uma boa interação entre a creche ou pré-escola e a família.

Não só porque os pais podem compreender o trabalho que está sendo feito - como a interação das crianças, quais os materiais pedagógicos e espaços disponíveis, a qualidade da merenda, os princípios e diretrizes orientam a ação da instituição, e projeto pedagógico, mas também porque permite que a escola conheça e aprenda com os pais.

Segundo o Programa Nacional de Educação (PNE) de 2001, a articulação com a família visa mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. O resultado dessa troca produz efeitos sobre a auto-estima da criança e no seu desenvolvimento.

É crucial que a instituição de Educação Infantil respeite e valorize a cultura das diferentes famílias envolvidas no processo educativo.

Além disso, deve estimular a participação ativa dos pais, padrastos e outras figuras masculinas da família no cuidado e na educação, como base de uma educação não-discriminatória, que contribua para superar a visão (paradigma) de que tal responsabilidade é exclusiva das mulheres. (LOPES, 1999, p. 2).

Para que haja maior interação entre família e escola, a instituição deve estar preparada para lidar com a diversidade familiares.

No Brasil, quase um terço das famílias é chefiado por mulheres. Há também famílias reconstituídas, na qual mulheres e homens vivenciam novos casamentos e reúnem filhos de outras relações. Famílias que articulam em uma mesma casa vários núcleos familiares, famílias formadas por casais homossexuais, entre outras.

Outros fatores que devem ser levados em conta são as diferenças sociais. Em um País marcado por profundas desigualdades, como é o caso do Brasil, uma série de condições sociais e familiares colocam milhões de crianças em situação de risco. (OLIVEIRA, 2002, p. 11).

Como as pesquisas evidenciam que apenas o atendimento de qualidade produz resultados positivos sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, é fundamental que essas crianças tenham acesso a experiências educativas de qualidade nas creches e pré-escolas.

Só assim a Educação Infantil poderá se constituir como importante fator de democratização da nossa sociedade. Se atuarem juntas, compartilhando anseios, conquistas e dificuldades, família e escola cumprirão com grande sucesso a tarefa de formar seres humanos confiantes, tolerantes, solidários e respeitosos dos direitos e da dignidade de todos - enfim, cidadãos!

O artigo 22 da LDB que trata da educação básica expressa apenas duas finalidades: a) fornecer ao aluno a formação comum indispensável para o exercício da cidadania; b) fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Nesse contexto, a Educação Infantil, na qualidade de ramo da educação básica, alberga, necessariamente, estas finalidades. (LOPES, 2000).

De outro norte, um tema muito pouco explorado desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é o da natureza obrigatória da Educação Infantil. Assim, quando se fala no princípio da obrigatoriedade da educação, estamos falando na responsabilidade do Estado e da família.

Tal previsão encontra-se no artigo 29 da LDB ao dispor que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Conforme acima mencionado, o artigo 31 da LDB dispõe que na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Sobre a gestão a LDB determinou que as instituições de Educação Infantil se integrassem ao sistema de ensino, ou seja, afirmou ser a área da educação a mais adequada para regulamentar e supervisionar essa etapa da educação básica.

Prevê-se no médio e no longo prazo uma transferência da rede de creches e pré-escolas antes vinculadas à área da Assistência Social para a área da Educação, o que ainda não se processou em boa parte dos Municípios. Contudo, integrar o sistema de ensino representa, sobretudo, uma mudança de concepção na área da Educação Infantil.

O período que compreende as crianças na fase da educação infantil é primordial para o seu desenvolvimento futuro. O Neurologista Francês Henri Wallon dividiu este período em quatro estágios são eles:

- Estágio impulsivo emocional: (1º ano de vida): Nesta fase predominam nas crianças relações emocionais com o ambiente. Trata-se de uma fase de construção do sujeito em que atividade cognitiva se acha indiferenciada da atividade afetiva. Nesta fase vão sendo desenvolvidas condições sensório-motoras que permitirão ao longo do segundo ano de vida intensificar a exploração sistemática do ambiente.
- Estágio sensório motor (um a três anos de idade): Ocorre neste período uma intensa exploração do mundo físico em que predominam as relações cognitivas com o meio. A criança desenvolver a inteligência prática. No final do segundo ano a fala e a conduta representativa confirmam uma nova relação com o real que emancipará a inteligência do quadro perceptivo mais imediato, ou seja, ao falarmos a palavra bola a criança reconhecerá imediatamente do que se trata sem que precisemos mostrar o objeto a ela.
- Personalismo (três as seis anos de idade): Nesta fase ocorre a construção da consciência de si através de interações sociais, dirigindo o interesse da criança para as pessoas, predominando assim as relações afetivas. Há uma mistura afetiva e

pessoal que refaz, no plano do pensamento, a indiferenciação inicial entre inteligência e afetividade.

- Estágio Categorical (seis anos): A criança dirige seu interesse para o conhecimento e a conquista do mundo interior, em função do progresso intelectual que conseguiu conquistar até então. Desta forma ela imprime as suas relações com o meio uma maior visibilidade do aspecto cognitivo. Se investigarmos estes estágios poderá notar que o corpo se faz presente em todos os momentos como uma forma de interação da criança com o mundo.

Desde o primeiro ano de vida o aparelho motor inicia o seu desenvolvimento através de atividades sensório-motoras, portanto podemos chegar a uma breve conclusão que a educação física e os estímulos físico-motores são de fundamental importância para o bom crescimento da criança.

II - O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLA INFANTIL

O professor que trabalha direto com crianças precisa ter uma competência polivalente. Isso significa dizer que deverá trabalhar com conteúdos de naturezas diversas, que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento.

Torna-se necessário, então, uma formação bastante ampla do profissional, que deverá refletir constantemente sua prática, aperfeiçoar-se sempre. É importante também, que haja um debate com colegas, diálogo com as famílias e a comunidade, sempre na busca de informações novas para o trabalho que desenvolve.

2.1 A formação do professor para atuar na Educação Infantil

A nova LDB dispõe que a formação dos professores para atuar na educação básica deve ser em nível superior, nas faculdades de Educação. Atualmente, existem muitos professores leigos, que possuem baixa escolaridade e nenhuma especialização em educação.

Há décadas discute-se em congressos, seminários, cursos e outros eventos semelhantes, qual a formação ideal ou necessária do professor do ensino básico (fundamental e médio), numa demonstração ostensiva de insatisfação generalizada com relação aos modelos formativos vigentes, principalmente nos cursos de licenciatura.

No entanto, dessa ampla e continuada discussão, não têm emergido propostas que ultrapassem o nível de recomendações abstratas sobre a

necessidade de sólida formação dos educadores, da integração de teoria e prática, da interdisciplinaridade etc. É claro que sugestões dessa natureza são capazes de entreter colóquios e debates, mas a sua utilidade não vai além desses efeitos retóricos.

Nessas discussões, quase sempre se parte de uma noção vaga e impressionista de "escola brasileira", caminha-se para a afirmação da necessidade de uma "política nacional de formação de professores" e, em seguida, desenha-se o "perfil profissional" desses professores por meio de um arrolamento de competências cognitivas e docentes que deveriam ser desenvolvidas pelos cursos formadores.

Embora esse traçado das discussões seja um pouco simplificado, ele capta duas tendências sempre presentes no encaminhamento do tema da formação de professores: o vezo centralizador das normas gerais e a fixação na figura individual do professor.

A partir da década de 1980, com os debates e os movimentos sociais, foi intensificado o processo de formação docente, que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96. Nesse quadro referencial, esta lei estabelece, em seu Art. 62, que "a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação".

Entretanto, a formação de todos os professores em nível superior passou a ser considerada uma utopia para o quadro brasileiro, utopia que não poderia ser alcançada de maneira tão rápida.

Segundo Oliveira: "Em decorrência, com a publicação do Decreto n.º 3276/99, foi instituído que os cursos normais superiores passariam também a ser responsáveis pela formação dos docentes da educação básica". (OLIVEIRA, 2002, p. 23).

Tais ações ocorreram de modo a ampliar os espaços de formação e mostrar, ao Banco Mundial e a outros órgãos financiadores da educação brasileira, resultados notórios sobre a ampliação dos números de professores qualificados, considerando que, como registra o relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, organizada pela Unesco (1999, p. 1) para melhorar a qualidade da educação é essencial "melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto

social e as condições de trabalho dos professores”, de modo que os professores possam responder ao que deles se espera.

2.2 O papel do professor

No processo da educação infantil o papel do professor é de suma importância, pois é ele quem cria os espaços, disponibiliza materiais, participa das brincadeiras, ou seja, faz a mediação da construção do conhecimento.

A desvalorização do movimento natural e espontâneo da criança em favor do conhecimento estruturado e formalizado, ignora as dimensões educativas da brincadeira e do jogo como forma rica e poderosa de estimular a atividade construtiva da criança.

É urgente e necessário que o professor procure ampliar cada vez mais as vivências da criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças.

Segundo Oliveira(2000):

O professor que atua na educação infantil deve ter uma preocupação específica de como lidar com as crianças no dia-a-dia e em situações especiais. Ao se tratar de alunos iniciantes no convívio escolar surgem situações diferentes e inesperadas em relação às demais fases escolares.

A criança tem um jeito próprio de encarar as novas etapas que vão surgindo em sua vida. Muitas vezes pais e educadores encaram esses acontecimentos com maior dificuldade que a própria criança que está passando por determinada vivência.

O ideal é que o professor tenha conhecimento, atitudes, estratégias e comportamento que favoreçam uma melhor aceitação e desenvolvimento dessa criança no ambiente escolar e até mesmo no seu dia-a-dia.

Dessa forma, adquirir meios para por em prática conhecimentos adquiridos, porém de forma meio que inconsciente. Dessa forma compreende melhor o mundo infantil e a aceitação da criança nessa nova experiência destacamos algumas dicas de como proceder no mundo infantil:

- Buscar organizar o espaço infantil de forma que o ambiente proporcione harmonia nos aspectos psicológicos e biológicos da criança;

- Criar hábitos de correção com suavidade e fineza.
- Ao propor atividades para as crianças, conduza-as da melhor maneira possível, de forma que essas venham lembrar-se do momento com saudade.
- Preparar o momento da leitura com maior carinho possível, visto que se trata de um momento mágico para a criança, bem como estimula o crescimento do vocabulário preparando-a para a alfabetização.
- Observar bem os alunos, podendo detectar o que pode melhorar ou até mesmo o que deve ser eliminado.
- Ter consciência que punições devem ocorrer para corrigir maus hábitos, porém busque a melhor forma de realizar, fazendo com que a criança tenha consciência do erro, e consiga se interagir com seu meio.

Ressalta-se enfim que o bom professor aprende junto com seus alunos, antes mesmo de propor a educá-los.

2.3 O lúdico na formação do professor

Entretanto, o papel mais importante do professor é de longe aquele assumido na terceira parte do ciclo do brincar, quando ele deve tentar diagnosticar o que a criança aprendeu – o papel de observador e avaliador. Ele mantém e intensifica esta aprendizagem e estimula o desenvolvimento de um novo ciclo.

Este procedimento aparentemente muito complexo é realizado em muitas salas de aula, atendendo às necessidades das crianças mais jovens em todo o país, em um ou outro nível.

O treinamento inicial e prático dos professores precisa assegurar que eles adquiram mais competência nesta área a fim de acompanhar as tendências nacionais e manter o papel vital do brincar no desenvolvimento das crianças.

O que sempre deve ser lembrado, todavia, é que as crianças podem e aprendem de outras maneiras além da lúdica, e frequentemente tem prazer com isso.

Um exemplo seria ouvir uma história ou trabalhar ao lado de um adulto que está fazendo alguma coisa.

Kishimoto (1990) acha que esse elemento do brincar e aprender mais dirigido para um objetivo é muitas vezes esquecido e inclusive desprezado por muitos professores de educação infantil, mas é assim que as crianças vêm aprendendo há muitos séculos.

Segundo Severino (1991), os profissionais das escolas infantis precisam manter um comportamento ético para com as crianças, não permitindo que estas sejam expostas ao ridículo ou que passem por situações constrangedoras.

Alguns adultos, na tentativa de fazer com que as crianças lhes sejam obedientes, deflagram nelas sentimentos de insegurança e desamparo, fazendo-as se sentirem temerosas de perder o afeto, a proteção e a confiança dos adultos.

O professor precisa estar atento à idade e às capacidades de seus alunos para selecionar e deixar à disposição materiais adequados. O material deve ser suficiente tanto quanto à quantidade, como pela diversidade, pelo interesse que despertam pelo material de que são feitos.

Lembrando sempre da importância de respeitar e propiciar elementos que favoreçam a criatividade das crianças.

Uma observação atenta pode indicar o professor que sua participação seria interessante para enriquecer a atividade desenvolvida, introduzindo novos personagens ou novas situações que tornem o jogo mais rico e interessante para as crianças, aumentando suas possibilidades de aprendizagem.

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele caminho que o professor considera o mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e saber aceitar os outros. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Educar é preparar para a vida". (SEVERINO, 1991).

As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade. Piaget (1998) diz: "(...) que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa".

Sendo assim o professor de educação infantil tem papel primordial no desempenho das atividades lúdicas, que podem favorecer o pleno desenvolvimento da criança seja em qualquer sentido. Por isso é necessário ter consciência do seu papel e atitude em sala de aula e frente aos alunos.

Quem trabalha na Educação de crianças deve saber que podemos sempre desenvolver a motricidade, à atenção e a imaginação de uma criança.

Em qualquer época da vida de crianças e adolescentes e porque não de adultos, as brincadeiras devem estar presentes.

Brincar não é coisa apenas de crianças pequenas, erra a escola ao subsidiar sua ação, dividindo o mundo em lados opostos: de um lado o jogo da brincadeira, do sonho, da fantasia e do outro: O mundo sério do trabalho e do estudo. Independente do tipo de vida que se leve, todos adultos, jovens e crianças precisam da brincadeira e de alguma forma de jogo, sonho e fantasia para viver. (OLIVEIRA,2002,p.2).

A capacidade de brincar abre para todos: crianças, jovens e adultos, uma possibilidade de decifrar enigmas que os rodeiam. A brincadeira é o momento sobre si mesmo e sobre o mundo, dentro de um contexto de faz-de-conta. Nas escolas isto é comumente esquecido.

Observar-se então que na escola não há lugar para o desenvolvimento global e harmonioso em brincadeiras, jogos e outras atividades lúdicas.

“Ao chegar à escola a criança é impedida de assumir sua corporeidade, passando a ser submissa através de horas que fica imobilizada na sala de aula” (OLIVEIRA, 2002, p.2).

Sendo assim, para o aluno se auto-realizar é quando ele atinge seus objetivos preestabelecidos com o máximo de rendimento e o mínimo de investimento de energia. Então o conceito de auto-realização tem a ver com a eficácia pessoal.

Então quando o professor organizar suas atividades de aula, deve selecionar aquelas mais significativas para seus alunos. Em seguida o professor deve criar condições para que estas atividades significativas sejam realizadas.

Destaca-se a importância dos alunos trabalharem na sala de aula em grupos, interagindo uns com outros, e este trabalho coletivo facilitará o próprio auto-desenvolvimento individual.

Cabe ao professor em sala de aula estabelecer metodologias e condições para desenvolver e facilitar este tipo de trabalho.

A identidade do grupo tem como resultado a integração de atividades mais amplas e profundas, como do tipo de liderança, respeito aos membros, condições de trabalho, perspectivas de progresso, retribuição ao investimento individual, compreensão e ajuda mútua, aceitação. São estas as qualidades que devem ser trabalhadas pelos professores e este deve estar atento principalmente ao componente com o qual o corpo dialoga através do movimento: a afetividade. A afetividade é um valor humano que apresenta diversas dimensões: amor, respeito, aceitação, apoio, reconhecimento, gratidão e interesse. (TEIXEIRA,1995).

Brincadeira e aprendizagem são consideradas ações com finalidades bastante diferentes e não podem habitar o mesmo espaço e tempo. Isto não está certo, O professor é quem cria oportunidades para que o Brincar aconteça, sem atrapalhar as aulas. São os recreios, os momentos livres ou as horas de descanso.

No entanto constata-se que é através das brincadeiras que a criança representa o discurso externo e o interioriza, construindo seu próprio pensamento.

O adulto transmite à criança certa forma de ver as coisas. Quando apresentamos várias coisas ao mesmo tempo, ou então por tempo insuficiente ou excessivo, estamos desestimulando o estabelecimento de uma atitude de observação.

Insistir quando a criança já está cansada é propiciar o aparecimento de certas reações negativas. Aprender a ver é o primeiro passo para o processo de descoberta. É o adulto quem proporciona oportunidades para à criança ver coisas interessantes, mas é indispensável que respeitemos o momento de descoberta da criança para que ela possa desenvolver a capacidade de concentração. (TEIXEIRA,1995, p.4).

Assim como a criatividade da pessoa interage com à criança poderá torná-la criativa, a paciência e a serenidade do adulto influenciarão também o desenvolvimento da capacidade de observar e de concentrar a atenção.

Brincar juntos reforça laços afetivos. É uma maneira de manifestar nosso amor à criança. Todas as crianças gostam de brincar com os professores, pais, irmãos, e avós. A participação do adulto na brincadeira com a criança eleva o nível de interesse pelo enriquecimento que proporciona, pode também contribuir para o esclarecimento de dúvidas referentes as regras das brincadeiras.

A criança sente-se ao mesmo tempo prestigiada e desafiada quando o parceiro da brincadeira é um adulto. Este, por sua vez pode levar a criança a fazer descobertas e a viver experiências que tornam o brincar mais estimulante e mais rico em aprendizado. .

Se a escola não atua positivamente, garantindo possibilidades para o desenvolvimento da brincadeira, ela ao contrário, age negativamente impedindo que esta aconteça.

Diante desta realidade, faz-se necessário apontar para o papel do professor na garantia e enriquecimento da brincadeira como atividade social da infância. Considerando que a brincadeira deva ocupar um espaço central na educação, entendo que o professor é figura fundamental para que isso aconteça, criando os espaços, oferecendo material e partilhando das brincadeiras.

Agindo desta maneira, o professor estará possibilitando às crianças uma forma de assimilar à cultura e modos de vida adultos, de forma criativa, social e partilhada.

Estará, ainda, transmitindo valores e uma imagem da cultura como produção e não apenas consumo.

A perspectiva teórica do sociointeracionismo destaca o papel do adulto frente ao desenvolvimento infantil, cabendo-lhe proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua auto-estima e desenvolver suas capacidades.

Para Severino (1991), a auto-estima refere-se à capacidade que o indivíduo tem de gostar de si mesmo, condição básica para se sentir confiante, amado, respeitado. Tal capacidade, porém, não se instala no indivíduo como num passe de mágica, mas faz parte de um longo processo, que tem sua origem ainda na infância.

Cabe ao adulto ajudar na construção da auto-estima infantil, fornecendo à criança uma imagem positiva de si mesma, aceitando-a e apoiando-a sempre que for preciso.

No entanto, algumas práticas podem ser prejudiciais ao bom andamento deste processo, como por exemplo, a colocação de apelidos pejorativos nas crianças (“manhosa”, “maluco”, “burro”).

Segundo Severino (1991) os profissionais das escolas infantis precisam manter um comportamento ético para com as crianças, não permitindo que estas sejam expostas ao ridículo ou que passem por situações constrangedoras.

Alguns adultos, na tentativa de fazer com que as crianças lhes sejam obedientes, deflagram nelas sentimentos de insegurança e desamparo, fazendo-as se sentirem temerosas de perder o afeto, a proteção e a confiança dos adultos.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às simpatias que os adultos desenvolvem em relação a algumas crianças.

Estas, por sua vez, também têm suas preferências, identificando-se mais com algumas pessoas do que com outras. No entanto o profissional da educação infantil deve tratar a todas com igual distinção. Isto não implica apenas elogiar apenas uma criança (a mais simpática, a mais cheirosa, por exemplo), em detrimento das outras, que podem se sentir rejeitadas, caso não recebem o mesmo tratamento.

Quando referimos a educação, sabemos são muitos os desafios a serem enfrentados para que esta área possa ser considerada como geradora dos avanços científicos.

Ao compará-la com outros setores (medicina, engenharia, informática), onde as inovações aparecem com freqüência, percebemos que nos últimos 50 anos pouco aconteceu, e os avanços ocorridos não chegaram a reverter o processo como um todo.

Almeida (2005) refere que a grande maioria das instituições educacionais ainda é pautada numa prática que considera a idéia do conhecimento repetição sob uma ótica comportamentalista, tornando o conhecimento cristalizado e/ou espontaneísta e não como um saber historicamente produzido visto sob a ótica do conhecimento construção.

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele caminho que o professor considera o mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e saber aceitar os outros.

É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. “Educar é preparar para a vida”. (ALMEIDA, 2005)

Nesta abordagem do processo educativo a afetividade ganha destaque, pois se acredita que a interação afetiva ajuda mais a compreender e modificar as pessoas do que um raciocínio brilhante, repassado mecanicamente.

Esta idéia ganha adeptos ao focar as atividades lúdicas no processo do desenvolvimento humano.

Kishimoto (1994) diz: “a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão”.

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Estas questões nos remetem à problemática da formação do educador, a qual passa por ambigüidades e paradoxos que nunca são efetivamente dissipados.

Os cursos de licenciaturas têm recebido inúmeras críticas, especialmente no que se refere à sua ineficiência quanto à formação dos profissionais de educação.

É, hoje, questão de consenso que os egressos dos cursos de graduação não estão suficiente preparados para atender as necessidades das escolas, principalmente no que se refere à compreensão da criança como ser histórico-social, capaz de construir seu próprio conhecimento.

A questão é sempre recolocada e, apesar das reflexões teóricas a respeito do processo educacional, não se tem encontrado reversibilidade neste processo. Qualquer que seja o ângulo abordado sobre a realidade, há muito a ser repensado.

A formação do educador não é um quebra-cabeça com recortes definidos, depende da concepção que cada profissional tem sobre a criança, homem, sociedade, educação, escola, conteúdo e currículo. Neste contexto, as peças do quebra-cabeça se diferenciam, possibilitando diversos encaixes.

Segundo Severino (1991) ao entender a educação como um processo historicamente produzido e o papel do educador como agente desse processo, que não se limita a informar, mas ajudar as pessoas a encontrarem sua própria identidade de forma a contribuir positivamente na sociedade e que a ludicidade tem sido enfocada como uma alternativa para a formação do ser humano, pensamos que os cursos de formação deverão se adaptar a esta nova realidade. Uma das formas de repensar os cursos de formação é introduzir na base de sua estrutura curricular um novo pilar: a formação lúdica.

Na obra de Lopes (2000) esta questão é analisada, onde o autor sugere três pilares que sustentariam uma boa formação profissional, com a qual concordamos inteiramente, pois os cursos de licenciaturas têm-se preocupado somente com a formação teórica e com a formação pedagógica.

A inovação proposta por Lopes (2000) é chamada de formação pessoal, que no nosso entendimento preferimos chama-la de formação lúdica. Este tipo de formação é inexistente nos currículos oficiais dos cursos de formação do educador,

entretanto algumas experiências têm mostrado sua validade e não são poucos os educadores que têm afirmado ser a ludicidade a alavanca da educação para o terceiro milênio

A formação lúdica se assenta em pressupostos que valorizam a criatividade, o cultivo da sensibilidade, a busca da afetividade, a nutrição da alma, proporcionando aos futuros educadores vivências lúdicas experiências corporais que se utilizam da ação, do pensamento e da linguagem, tendo no jogo sua fonte dinamizadora.

Quanto mais o adulto vivenciar sua ludicidade, maior será a chance de este profissional trabalhar com a criança de forma prazerosa.

A formação lúdica deve possibilitar ao futuro educador conhecer-se como pessoa, saber suas possibilidades e limitações, desbloquear suas resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo para a vida da criança, do jovem e do adulto.

III- A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 O jogo e a educação infantil

O Jogo infantil é uma atividade física e mental que favorece tanto o desenvolvimento pessoal como a sociabilidade, de forma integral e harmoniosa. A criança evolui com o jogo e o jogo da criança vai evoluindo paralelamente ao seu desenvolvimento, ou melhor, dizendo, integrado ao seu desenvolvimento.

Independente de época, cultura e classe social, os jogos e os brinquedos fazem parte da vida da criança, pois elas vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria, de sonhos, onde realidade e faz-de-conta se confundem. (KISHIMOTO, 1999, p. 22).

O caráter de ficção é um dos elementos constitutivos do jogo e, é um modo de expressão de grande importância, pois também pode ser entendido como um modo de comunicação em que a criança expressa os aspectos mais íntimos de sua personalidade e sua tentativa de interagir com o mundo adulto.

Pelo jogo as crianças exploram os objetos que os cercam, melhoram sua agilidade física, experimentam seus sentidos, desenvolvem seu pensamento. Algumas vezes o realizarão sozinhos, em outras, na companhia de outras crianças, desenvolvendo também o comportamento em grupo. Podemos dizer que aprendem a conhecer a si próprios ao mundo que os rodeia e aos demais.

Em sua visão, a brincadeira cria uma zona de desenvolvimento proximal favorecendo e permitindo que as ações da criança ultrapassem o desenvolvimento real já alcançado permitindo-lhe novas possibilidades de ação sobre o mundo.

A criação de espaços e tempos para os jogos e brincadeiras é uma das tarefas mais importantes do professor, principalmente na escola de educação infantil.

Cabe-nos organizar os espaços de modo a permitir as diferentes formas de brincadeiras, de forma, por exemplo, que as crianças que estejam realizando um jogo mais sedentário não sejam atrapalhadas por aquelas que realizam uma atividade que exige mais mobilidade e expansão de movimentos, ou seja, observando e respeitando as diferenças de cada um..

Nos tempos atuais, as propostas de educação infantil dividem-se entre as que reproduzem a escola elementar com ênfase na alfabetização e números (escolarização) e as que introduzem a brincadeira valorizando a socialização e a re-criação de experiências.

No Brasil, grande parte dos sistemas pré-escolares tende para o ensino de letras e números excluindo elementos folclóricos da cultura brasileira como conteúdos de seu projeto pedagógico.

As raras propostas de socialização que surgem desde a implantação dos primeiros jardins de infância acabam incorporando ideologias hegemônicas presentes no contexto histórico-cultural. (OLIVEIRA, 2000).

Relembrando que brincar é um direito fundamental de todas as crianças no mundo inteiro, cada criança deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

A escola deve oferecer oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção, elementos estes indispensáveis para a participação ativa da criança no seu meio.

3.2 – As diversas atividades lúdicas que contribuem para a aprendizagem das Crianças.

Os jogos e brinquedos, embora sendo um elemento sempre presente na humanidade desde seu início, também não tinham a conotação que têm hoje, eram vistos como fúteis e tinham como objetivo a distração e o recreio.

Salienta Almeida (2004), cada época e cada cultura têm uma visão diferente de infância, mas a que mais predominou foi a da criança como ser inocente, inacabado, incompleto, um ser em miniatura, dando à criança uma visão negativa.

Entretanto já no século XVIII, Rousseau se preocupava em dar uma conotação diferente para a infância, mas suas idéias vieram a se firmar no início do século XX, quando psicólogos e pedagogos começaram a considerar a criança como uma criatura especial com especificidades, características e necessidades próprias.

Foi preciso que houvesse uma profunda mudança da imagem da criança na sociedade para que se pudesse associar uma visão positiva a suas atividades espontâneas, surgindo como decorrência à valorização dos jogos e brinquedos.

O aparecimento do jogo e do brinquedo como fator do desenvolvimento infantil proporcionou um campo amplo de estudos e pesquisas e hoje é questão de consenso a importância do lúdico. Dentre as contribuições mais importantes destes estudos, segundo : Nogueira (1991) podemos destacar:

As atividades lúdicas possibilitam fomentar a “resiliência”, pois permitem a formação do autoconceito positivo; as atividades lúdicas possibilitam o desenvolvimento integral da criança, já que através destas atividades a criança se desenvolve afetivamente, convive socialmente e opera mentalmente. O brinquedo e o jogo são produtos de cultura e seus usos permitem a inserção da criança na sociedade; brincar é uma necessidade básica assim como é a nutrição, a saúde, a habitação e a educação.

Brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona idéias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento.

O jogo enquanto ferramenta de aprendizagem vai se desenvolver de forma positiva, se o educador souber trabalhar adequadamente com ele. É sabido que muitos vêem este tipo de atividade como atividade de disputa, onde há perdedores e ganhadores e uma grande parte dos docentes dissemina este conceito errôneo que se tem desta atividade.

Quando se trabalha o corpo, a ludicidade e o jogo desenvolvem diversas potencialidades como a criatividade, o prazer, a interação entre as pessoas, a cooperação, entre outras.

Devido o caráter sócio-histórico de Vygotsky, o qual aponta a brincadeira como uma atividade dominante na infância, em que através dela a criança expressa sua imaginação, conhece seu corpo e até mesmo cria suas próprias regras, verificamos que a brincadeira tem caráter essencial na formação e no desenvolvimento do indivíduo na sociedade.

Todavia, constantemente nos deparamos com situações onde os jogos são relegados a um segundo plano.

O desenvolvimento da criança e seu conseqüente aprendizado ocorrem quando esta participa ativamente: seja discutindo as regras do jogo, seja propondo soluções para resolvê-los.

É de extrema importância que o professor também participe e que proponha desafios em busca de uma solução e de uma participação coletiva. O papel do educador neste caso será de mediador e este não delimitará mais a função de cada e nem como se deve jogar.

Outro teórico que percebe o jogo como atividade importante no desenvolvimento da criança, resultando em benefícios morais, intelectuais e físicos, é FROEBEL. Para este teórico, a falta de liberdade e a repressão repercutem negativamente, no que diz respeito ao estímulo da atividade espontânea, característica fundamental para o desenvolvimento.

Ele percebe o jogo como instrumento de ensino, no qual é possível trabalhar as diferentes disciplinas, tais como: Matemática, Ciências e outras. De acordo com Froebel: “ Brincar é a fase mais importante da infância- do desenvolvimento humano neste período- por ser a auto-ativa representação do interno- a representação de necessidades e impulsos internos.” (NOGUEIRA, 1991,).

Assim, semelhante ao pensamento de Vygotsky, que vê a interação como ação que provoca intervenções no desenvolvimento da criança, Froebel, também concorda que os jogos interferem positivamente, pois no brincar a criança expõe sua capacidade representativa, o prazer e a interação com outras crianças.

Torna-se necessário que o educador reavalie seus conceitos a respeito dessas atividades, principalmente com relação aos jogos, e que neste processo a criança tenha espaço para expressar sua fala, seu ponto de vista e suas sugestões.

O professor ao propor algum tipo de atividade, deve deixá-lo à vontade, pois através da troca de experiências com outros colegas, da criatividade e busca de soluções, ele conseguirá construir seu próprio conhecimento.

3.3 Brinquedos, jogos e brincadeiras.

Desde o nascimento, as crianças são mergulhadas num contexto social. Os adultos que convivem com elas, quando se transformam em parceiros de seus jogos e brincadeiras, muitas vezes não se dão conta da importância de cada gesto, de cada palavra, de cada movimento.

Alguns desses adultos cantam, transmitem conhecimentos e ensinam brincadeiras. Outros pensam que as crianças não entendem nada e que só é preciso cuidar para que não fiquem doentes, não passem fome, frio ou sede.

A brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem. Na medida em que vão crescendo, as crianças trazem para suas brincadeiras o que vêem, escutam, observam e experimentam.

As brincadeiras ficam mais interessantes quando as crianças podem combinar os diversos conhecimentos a que tiveram acesso. Nessas combinações, muitas vezes inusitadas aos olhos dos adultos, as crianças revelam suas visões de mundo, suas descobertas.

Atualmente, as crianças começam a freqüentar cada vez mais cedo as instituições voltadas para elas, como as creches e as escolas de Educação Infantil. Nesses espaços, o brincar é, muitas vezes, desvalorizado em relação a outras atividades, consideradas mais produtivas.

A brincadeira acaba ocupando o tempo da espera, do intervalo. Valorizar a brincadeira não é apenas permiti-la, é suscitá-la.

Ao observarmos atentamente o modo como as diferentes crianças brincam, é possível perceber que os usos que fazem dos brinquedos e a forma de organizá-los

estão relacionados com seus contextos de vida e expressam visões de mundo particulares.

Segundo Lopes: “A brincadeira é um processo de relações entre a criança e o brinquedo e das crianças entre si e com os adultos. O ato de brincar é muito importante para o desenvolvimento integral da criança”. (LOPES, 2000, p. 12).

As crianças se relacionam de várias formas com significados e valores inscritos nos brinquedos.

Existem várias possibilidades de brincar: solitariamente; em grupo; entre crianças de idades diferentes; entre adultos e crianças; de adultos entre si. Existem diferenças também entre: brincadeiras organizadas pelas próprias crianças; brincadeiras tradicionais; jogos; atividades lúdicas propostas pelo adulto, com conteúdos específicos a serem atingidos.

A grande maioria dos jogos tradicionais já era muito antiga no século XVI. Alguns deles, como a amarelinha, por exemplo, continuam capazes de despertar a curiosidade e o prazer das crianças nos dias de hoje.

São várias as condições necessárias para o desenrolar de jogos e brincadeiras, garantindo certa liberdade de escolha pela criança. O papel do adulto é fundamental nesse processo, pois o ambiente que a cerca influencia suas experiências lúdicas.

3.4 A importância de brincar

O brincar é importante porque incentiva a utilização de brincadeiras e jogos. Quando brincamos exercitamos nossas potencialidades, provocamos o funcionamento do pensamento, adquirimos conhecimento sem estresse e sem medo, desenvolvemos a sociabilidade, cultivamos a sensibilidade, nos desenvolvemos intelectualmente, socialmente e emocionalmente.

Todo aprendizado que o brincar permite é fundamental para a formação da criança em todas as etapas da sua vida.

Conforme Almeida (2005):

As crianças saudáveis não precisam aprender a brincar. Esta atividade é natural e é o maior desejo infantil. É tão comum ver uma criança brincando que, se ela não o faz, achamos que ela possa estar triste e desinteressada, e pensamos que alguma coisa pode estar errada, ou que ela até esteja doente.

O importante para poder desenvolver atividades lúdicas é ter contato com um ambiente que permita ao bebê se soltar livremente e confiar nos braços de um adulto. Isto acontece quando uma mãe intuitiva e tranqüila estabelece uma relação saudável, sensível e brincalhona com seu filho.

3.4.1 Os primeiros passos na brincadeira

Este tipo de atividade aparece ao redor dos quatro meses de vida. Neste momento são produzidas mudanças no corpo do bebê, que facilitam a observação de seu contexto mais próximo.

Ele começa a ser capaz de controlar alguns movimentos, coordena o deslocamento da visão e pode aproximar a sua mão até do objeto que havia focalizado. Até os dois anos, a brincadeira é uma atividade experimental e repetitiva, que tem como objetivo principal explorar as propriedades do mundo físico.

É por isso que a criança toca, arrasta, sacode, alcança, bate, arremessa e recupera, esconde e volta a encontrar. Esta etapa permite exercitar e estabelecer as bases da conduta exploratória, tão fundamental para a vida futura.

3.4.2 A brincadeira simbólica

A partir dos dois anos começa a se manifestar a “brincadeira simbólica” ou de representação. A criança imagina situações e objetos que na realidade não estão presentes, dando asas à imaginação.

Quando três cadeiras se transformam em um ônibus e ela mesma é o motorista, está construindo, dentro do seu universo de ficção e com elementos

mínimos, todo um mundo que na realidade não está ali. Diante da “brincadeira simbólica” a criança estimula sua imaginação e sua inteligência e, em consequência, sua capacidade de pensar.

3.4.3 A brincadeira como meio de aprendizagem

A atividade lúdica é o único meio de aprender que as crianças possuem. A brincadeira permite que elas desenvolvam ações espontâneas e eficazes que enriquecem seu conhecimento, dando-lhes a possibilidade de encontrar novos caminhos, novas respostas e novas perguntas.

Na brincadeira elas podem errar ao falar, e ao voltar a brincar em liberdade e sem pressões, aprender com o erro e assim desarmar juízos qualificatórios.

3.5 O papel do jogo na educação das crianças

O jogo, a partir do momento que esta cobrando imaginação da criança, passa a ajudá-la a desenvolver a sua capacidade de, não só resolver problemas, mas de também encontrar várias maneiras de resolvê-los.

Observando estes aspectos do jogo, podemos relacioná-lo a matemática à medida que o jogo se caracteriza por uma situação irreal, para significar um conceito a ser compreendido pelo aluno. O jogo determinado por suas regras estabelece um caminho que vai da imaginação à abstração de um conceito matemático.

A partir do brinquedo, do jogo, e, portanto da imaginação, as crianças ampliam suas habilidades conceituais. Ao brincar as crianças estão sempre acima de sua idade e de seu comportamento diário. Quando a criança brinca de imitar os mais velhos, ela está gerando oportunidades para seu desenvolvimento intelectual

Assim, segundo KSHIMOTO:” (...) o jogo e a instrução escolar representam o mesmo papel no que se diz respeito ao desenvolvimento das habilidades e conhecimentos”.

Durante o jogo, ocorre uma transformação de um processo interpessoal em um intrapessoal, no momento em que consideramos a ação do jogo como um diálogo do indivíduo com ele mesmo, pois o outro é seu adversário.

O jogo tem um papel muito importante nas áreas de estimulação da pré-escola e é uma das formas mais naturais que a criança tem para entrar em contacto com a realidade, por isso o jogo simbólico tem um papel especial.

O jogo é uma característica do comportamento infantil e a criança, porque dedica uma grande parte de seu tempo a este.

Segundo Lopes(2000):

O jogo é, por excelência, integrador, tem sempre um caráter de novidade, o que é fundamental para despertar o interesse da criança, e à medida que vai jogando, a criança vai-se conhecendo melhor, construindo interiormente o seu mundo. Esta atividade é um dos meios mais propícios à construção do conhecimento.

Para exercê-la a criança utiliza o equipamento sensório motor, pois o corpo é acionado e o pensamento também, e enquanto é confrontada para desenvolver habilidades operatórias que envolvam por exemplo, a identificação, observação, comparação, análise, síntese e generalização, ela vai conhecendo as possibilidades e desenvolvendo cada vez mais a autoconfiança.

IV – JOGOS: UMA METODOLOGIA QUE CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os jogos constituíram sempre uma forma de atividade do ser humano, tanto no sentido de recrear e de educar ao mesmo tempo. A relação entre o jogo e a educação são antigas, Gregos e Romanos já falavam da importância do jogo para educar a criança.

Portanto a partir do século XVIII que se expande a imagem da criança como ser distinto do adulto o brincar destaca-se como típico da idade. As brincadeiras acompanham a criança pré-escolar e penetram nas instituições infantis criadas a partir de então.

A ludicidade e a aprendizagem não podem ser consideradas como ações com objetivos distintos. O jogo e a brincadeira são por si só, uma situação de aprendizagem.

As regras e imaginação favorecem á criança comportamento além dos habituais. “Nos jogos ou brincadeiras a criança age como se fosse maior que a realidade, e isto, inegavelmente, contribuem de forma intensa e especial para o seu desenvolvimento”. (OLIVEIRA,2000, p.36).

Relembrando que brincar é um direito fundamental de todas as crianças no mundo inteiro, cada criança deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

A escola deve oferecer oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção, elementos estes indispensáveis para a participação ativa da criança no seu meio. Associar a educação da criança ao jogo não é algo novo.

4.1 Escolarização brincadeira e jogos na educação infantil

Nos tempos atuais, as propostas de educação infantil dividem-se entre as que reproduzem a escola elementar com ênfase na alfabetização e números (escolarização) e as que introduzem a brincadeira valorizando a socialização e a re-criação de experiências.

No Brasil, grande parte dos sistemas pré-escolares tende para o ensino de letras e números excluindo elementos folclóricos da cultura brasileira como conteúdos de seu projeto pedagógico. “As raras propostas de socialização que surgem desde a implantação dos primeiros jardins de infância acabam incorporando ideologias hegemônicas presentes no contexto histórico-cultural”. (OLIVEIRA, 2000, p.2).

Desde tempos passados, a educação reflete a transmissão da cultura, o acervo de conhecimentos, competências, valores e símbolos. Não se pode dizer que a escola transmite o patrimônio simbólico unitário da cultura entendido na acepção de sociólogos e etnólogos, como o conjunto de modos de vida característicos de cada grupo humano, em certo período histórico (OLIVEIRA,2000).

O repertório cultural de um país, repleto de contradições, constitui a base sob a qual a cultura escolar é selecionada. Ideologias hegemônicas, fruto de condições sociais, culturais e econômicas tendem a pressionar a escola pela reprodução de valores nelas incluídas moldando o tipo de instituição.

Os conteúdos e atividades escolares que daí decorrem resultam no perfil da escola e, no caso brasileiro, geram especialmente pré-escolas destinadas à clientela de 4 a 6 anos dentro do modelo escolarizado.

As raízes desse processo encontram-se no longo período de colonização portuguesa, preservadas pelo irrisório investimento no campo da educação básica.

Entretanto, sugere que, no início, a educação deve ser "somente protetora, guardadora e não prescritiva, categórica, interferidora" e que o desenvolvimento da humanidade requer a liberdade de ação do ser humano, "a livre e espontânea representação do divino no homem", "objeto de toda educação bem como o destino do homem". Entende que é destino da criança "viver de acordo com sua natureza, tratada corretamente, e deixada livre, para que use todo seu poder". A criança precisa aprender cedo como encontrar por si mesmo o centro de todos os seus poderes e membros, para agarrar e pegar com suas próprias mãos, andar com seus próprios pés, encontrar e observar com seus próprios olhos. Ao elevar o homem à imagem de Deus, criador de todas as coisas, postula que a criança deve possuir as mesmas qualidades e "ser produtiva e criativa".

Dessa forma, para que o ser humano expresse a espiritualidade de Deus, seria necessária "a liberdade para auto-atividade e autodeterminação da parte do homem, criado para ser livre à imagem de Deus." (OLIVEIRA, 2000,)

Para Froebel, as concepções de homem e sociedade envolvendo a liberdade do ser humano de autodeterminar-se, buscar o conhecimento para a humanidade desenvolver-se, definem a função da educação infantil que se reflete no brincar, considerado "a fase mais importante da infância" do desenvolvimento humano neste período por ser a auto-ativa representação do interno a representação de necessidades e impulsos internos, "a atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um todo - da vida natural interna no homem e de todas as coisas".

Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo.

A criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto-sacrifício para a promoção do seu bem e de outros. Como sempre falamos o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação.

O jogo é, por excelência, integrador, há sempre um caráter de novidade, o que é fundamental para despertar o interesse da criança, e à medida em que joga ela vai se conhecendo melhor, construindo interiormente o seu mundo.

Esta atividade é um dos meios mais propícios à construção do conhecimento. Para exercê-la a criança utiliza seu equipamento sensório-motor, pois o corpo é acionado e o pensamento também, e enquanto é desafiada a desenvolver habilidades operatórias que envolvam a identificação, observação, comparação, análise, síntese e generalização, ela vai conhecendo suas possibilidades e desenvolvendo cada vez mais a autoconfiança.

É fundamental, no jogo, que a criança descubra por si mesma, e para tanto o professor deverá oferecer situações desafiadoras que motivem diferentes respostas, estimulando a criatividade e a redescoberta.

4.2 A Educação Física e o jogo no desenvolvimento motor

A aprendizagem e o desenvolvimento estão inter-relacionados desde que a criança passa a ter contato com o mundo. Na interação com o meio social e físico a criança passa a se desenvolver de forma mais abrangente e eficiente. Isso significa que a partir do envolvimento com seu meio social são desencadeados diversos processos internos de desenvolvimento que permitirão um novo patamar de desenvolvimento.

A criança, por meio da observação, imitação e experimentação das instruções recebidas de pessoas mais experientes, vivencia diversas experiências físicas e culturais, construindo, dessa forma, um conhecimento a respeito do mundo que a cerca.

Para que esses conceitos sejam desenvolvidos e incutidos no aprendiz, o meio ambiente tem que ser desafiador, exigente, para poder sempre estimular o intelecto e a ação motora desta pessoa.

No entanto, não basta apenas oferecer estímulos para que a criança se desenvolva normalmente, a eficácia da estimulação depende também do contexto afetivo em que esse estímulo se insere, essa ação está diretamente ligada ao relacionamento entre o estimulador e a criança.

Portanto, o papel da escola no âmbito educacional deve ser o de sistematizar esses estímulos, envolvendo-os em um clima afetivo que serve para transmitir valores, atitudes e conhecimentos que visam o desenvolvimento integral do ser humano.

O principal instrumento da educação física é o movimento, por ser o denominador comum de diversos campos sensoriais.

O desenvolvimento do ser humano se dá a partir da integração entre a motricidade, a emoção e o pensamento.

No caso específico da educação física, o profissional dessa área possui ferramentas valiosas para provocar estímulos que levem a esse desenvolvimento de forma bastante prazerosa: a brincadeira, o jogo e o esporte.

A partir da brincadeira e do jogo, a criança utiliza a imaginação que “é um modo de funcionamento psicológico especificamente humano, que não está presente nos animais nem na criança muito pequena” (Rego, 1995, p.81).

A partir da utilização da imaginação, a criança deixa de levar em conta as características reais do objeto, se detendo no significado determinado pela brincadeira.

Mesmo havendo uma significativa distância entre o comportamento na vida real e o comportamento no brinquedo, a atuação no mundo imaginário e o estabelecimento de regras a serem seguidas criam uma zona de desenvolvimento proximal, na medida em que impulsionam conceitos e processos em desenvolvimento. (OLIVEIRA,2000)

Esse impulso dado aos “conceitos e processos de desenvolvimento” deverá ser fornecido pela educação física ao propiciar jogos e brincadeiras que, intencionalmente, estimulem a imaginação e a criatividade.

Além disso, o processo de desenvolvimento dos indivíduos tem relação direta com o seu ambiente sócio-cultural e eles não se desenvolveriam plenamente sem o suporte de outros indivíduos da mesma espécie.

Dessa forma, percebe-se que a escola, e neste caso específico a educação física, tem um papel fundamental no aprendizado e conseqüentemente no desenvolvimento dos indivíduos, desde que estabeleça situações desafiadoras para seus alunos.

A interferência de outras pessoas (professor e outros alunos) é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo.

O papel do professor deve ser o de interventor intencional, estimulando o aluno a progredir em seus conhecimentos e habilidades através de propostas desafiadoras que o leve a buscar soluções, por intermédio da sua própria vivência e das relações interpessoais.

Isto não deve significar uma educação autoritária, mas sim, uma educação que possibilite ao aluno, por meio de estratégias estabelecidas pelo professor, construir o seu próprio conhecimento, com a reestruturação e reelaboração dos significados que são transmitidos ao indivíduo pelo seu meio sócio-cultural.

Qualquer processo de ensino para ser eficiente deve levar em conta o nível de desenvolvimento real da criança e o seu nível de desenvolvimento potencial adequado a sua faixa etária, conhecimentos e habilidades que já possui.

O profissional de educação física ao trabalhar na educação infantil deve conhecer os estágios do desenvolvimento dessa fase, para proporcionar os estímulos adequados a cada etapa. Agindo dessa forma, o desenvolvimento será mais harmônico no campo motor, cognitivo e afetivo-social, trabalhando assim, o ser na sua forma integral.

A evolução infantil obedece a uma seqüência motora, cognitiva, e afetiva-social que ocorrerá de forma mais lenta ou mais acelerada, de acordo com os estímulos recebidos.

A criança entre de 1 ano e meio e os dois anos de idade age sem refletir. O ato precede o pensamento. A partir dessa fase, a criança já adquire duas funções importantíssimas: o andar e a linguagem.

O pensamento passa a ser projetado no exterior pelos movimentos e pela linguagem. Isto permitirá uma maior participação na sua relação com o meio. A ação da criança sobre o meio estimulará sua atividade mental.

A partir daí, a criança começa a ter maior consciência sobre sua própria pessoa, iniciando a formação da sua auto-imagem.

Em seguida, a criança vai iniciando a sua vida social ao formar pequenos grupos, porém ocorre uma troca constante de amizades e de grupos (escola, clubes, etc.). Esse intercâmbio social é essencial, pois leva a criança a se adaptar a diferentes papéis, reconhecendo-se como pessoa.

Nesse sentido, cada fase de desenvolvimento infantil tem suas próprias características, portanto, exige estudos aprofundados sobre os métodos pedagógicos, as qualidades dos estímulos fornecidos e a atuação intencional do profissional na aula de educação física. O professor deve levar em conta a peculiaridade de cada fase pela qual o aluno passa, as particularidades de cada jogo, brincadeira ou esporte que possam auxiliar o educando no seu desenvolvimento integral.

Pela importância que a infância representa na formação da personalidade do indivíduo, esses estudos devem estar respaldados por uma “práxis” pedagógica que leve a uma organização didática, modificando a visão de aulas de educação física de embasamentos estritamente empíricos, para uma visão mais científica, evitando-se um choque entre teoria e prática o que poderá refletir negativamente na formação de nossos jovens.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final deste trabalho, concluindo todos os nossos objetivos e hipóteses, comprovando realmente que os jogos são importantes no desenvolvimento da criança, em todos os aspectos, no desenvolvimento motor, emocional, físico. Por isso deve ser bem trabalhado pelo professor, este tem que estar consciente de seu papel e da forma que irá atuar com as atividades lúdicas, principalmente os jogos. São vários jogos que podem auxiliar no desenvolvimento da criança, basta, o profissional ter conhecimento de como adequá-los aos seus alunos, não esquecendo de analisar a sociedade e história de vida que cada um carrega consigo. Concluímos que os jogos infantis são extremamente importantes para as crianças, pois muitos deles são educativos, que as crianças aprendem muitas coisas se divertindo e brincando. O jogo é importante para um desenvolvimento mais rápido de uma criança e que o professor tem como fundamento principal saber como trabalhar com o lúdico para propiciar a aprendizagem precisa de cada criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, J. S. **Jogos para o ensino de conceitos: leitura e escrita na pré-escola.** Papyrus, 1999.

ALMEIDA, M.T.P. **Jogos divertidos e brinquedos criativos.** Petrópolis: Vozes, 2004.

ALMEIDA, Telma Teixeira. **Jogo e brincadeiras.** Campinas: Cortez, 2005.

BLOW, Susan E. **Symbolic education: a commentary on Froebel's mother play.** Harris, W.T. (ed.) New York and London.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental.** Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 3ª ed. revist. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

CURY, Munir, DE PAULA, Paulo Afonso Garrido e, MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado.** 2ª ed. revist. e atualiz. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

KISHIMOTO. T. M... **O jogo e a educação.** São Paulo, 1998.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Doutrina e Jurisprudência.** São Paulo: Editora Atlas, 1998.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação : criar, fazer, jogar.** 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. MEC/INEP. *Censo da Educação Infantil/2000 e Censos Escolares 2000 e 2001.*

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** São Paulo: Saraiva, 1991.

OLIVEIRA, Z.R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos** . São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **Educação infantil: muitos olhares**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAPALIA, D. E. **O mundo da criança**. Ed. McGraw-Hill, São Paulo, 1981.

TEIXEIRA, Carlos E. J. **A lucidade na escola**. São Paulo: Loyola, 1995.